

Fontes e bibliografia

Arquivo Histórico Parlamentar, Assembleia Constituinte, Registo Biográfico dos Deputados, 1975-1976. Processo individual; Arquivo Histórico Parlamentar, *Diário da Assembleia Constituinte*; Mário Mesquita, “Os Meios de Comunicação Social”, in António Reis (coord.), *Portugal, 20 anos de democracia*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1994, p. 360-405; Teresa Sancha Pereira, *Raul Régo (1913-2002) Jornalista*, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 2005; Natália Neves dos Santos, *Raul Régo – O jornalista e o político*, Macedo de Cavaleiros, Poética Edições, 2014.



REIS, António Fernando Marques Ribeiro (n. 1948)

Intelectual, político, académico, natural de Lisboa (9 de maio de 1948), filho de Vergílio Ribeiro Reis e de Cecília de Macedo Marques Ribeiro Reis. Licenciado em Filosofia na Universidade de Friburgo, Suíça (1968), e doutor em História pela Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa (2001). Atividade política e profissional antes da sua eleição para a Assembleia Constituinte: dirigente estudantil (1968-1970); candidato da Oposição Democrática pelo círculo de Santarém (1969); dirigente do Movimento da Oposição Democrática (1969-1971); redator da *Seara Nova* (1970-1974); membro do primeiro Secretariado do Interior do Partido Socialista e do Conselho Diretivo do mesmo partido (1973-1974); chefe de gabinete do secretário de Estado da Orientação Pedagógica (MEC); participa na organização clandestina dos oficiais milicianos para o movimento revolucionário do 25 de Abril de 1974, tendo integrado o destacamento da Escola Prática de Administração Militar (EPAM), que procede ao assalto e ocupação dos estúdios da RTP, no Lumiar. Deputado à Assembleia Constituinte pelo Partido Socialista (PS). Reportando-se ao início dos trabalhos da Assembleia Constituinte eleita a 25 de abril de 1975, António Reis recorda o ambiente de tensão e, sobretudo, as ameaças que pairavam sobre a sua atividade: «Confesso que parti apreensivo para a primeira reunião da Constituinte. Com efeito, era já então visível o propósito de setores do MFA, em conjugação com o Partido Comunista e partidos esquerdistas, de tudo fazerem para subalternizar a importância de uma Assembleia que lhes surgia como uma excrescência do “parlamentarismo burguês”, contrapondo-lhe a chamada “legitimidade revolucionária” com a qual alimentavam a utopia anacrónica de um socialismo meio castrense, meio proletário... Aquele verão não iria ser fácil.» Eleito deputado à Assembleia Constituinte, por 126 630 votos, por Santarém, integra a 1.ª Comissão (Princípios Fundamentais) e tem um ativo papel na elaboração do articulado constitucional. Das múltiplas intervenções que realiza no Plenário da Constituinte, destacam-se duas: antes de mais, a primeira, que resulta da contenda que trava com Vital Moreira, em inícios de julho, no âmbito do debate do projeto sobre a sistematização da Constituição apresentado pelo PCP. Depois da polémica sobre Marcuse, nas páginas da *Seara Nova*, meses antes, António Reis e Vital Moreira batem-se nas bancadas da Constituinte em torno de diferentes conceções sobre o processo revolucionário, a tutela militar sobre a Constituinte, o

peso e importância das eleições; a segunda intervenção de relevo data de 8 de agosto de 1975, num momento em que a crise revolucionária atingia um dos seus pontos altos, na sequência da tomada de posse do V Governo Provisório e da publicação do Documento dos Nove. Denunciando os desvios «oportunistas e aventureiristas» que entravavam os rumos da revolução, numa crítica aberta ao recém-empossado primeiro-ministro Vasco Gonçalves, António Reis tece amplos elogios à proposta política dos “moderados”. A sua exortação a Costa Gomes é inequívoca: «Sr. presidente da República e meu general: Não acredito que esteja disposto a fugir ao destino histórico de Gomes da Costa, assumindo o destino histórico de Carmona e dando à luz uma nova ditadura.» Ainda antes de finais do ano de 1975, António Reis protagonizará outro momento importante nos trabalhos da Constituinte, ao participar numa ação concertada entre elementos do Conselho da Revolução (CR) e alguns deputados socialistas, no sentido de promover uma espécie de golpe de Estado constitucional. De acordo como este plano, o CR declarava extintos os seus poderes, transferindo-os para a Assembleia Constituinte e para um executivo saído dessa Assembleia que se transformava em Assembleia Legislativa. A manobra, subjacente a uma intervenção de Sottomayor Cardia na Constituinte, a 7 de novembro, em que são tecidas fortes críticas ao Pacto MFA/Partidos, acaba por não surtir qualquer efeito. Superada a crise do 25 de Novembro, António Reis é, juntamente com Sottomayor Cardia e Jaime Gama, um dos principais representantes do PS nas negociações para a revisão da Plataforma de Acordo Constitucional (dezembro de 1975 e fevereiro de 1976). Institucionalizada a ordem democrática, António Reis desenvolve atividade política enquanto deputado do grupo parlamentar socialista nas I, II, VII e VIII Legislaturas, tendo integrado, entre outras, a Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias (1995-2002), a Comissão de Defesa Nacional (1995-1999) e a Comissão Eventual para a Revisão da Constituição (1995-2002), presidindo também à Comissão de Ética (1999-2002). Foi secretário de Estado da Cultura no II Governo Constitucional (1978). Membro do Conselho de Imprensa (1980-1982), diretor-adjunto de programas culturais da RTP (1985-1986) e membro da Alta Autoridade para a Comunicação Social (1991-1994), António Reis distingue-se também como académico. Docente da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa (FCSH-UNL) (1983-2009), é pioneiro em áreas de estudo como a História da I República, das Oposições ao Estado Novo, da Revolução de Abril e da transição para a democracia. Foi um dos fundadores do Instituto de História Contemporânea, a que presidiu de 1993 a 1995. Grão-mestre do Grande Oriente Lusitano (2005-2011), foi agraciado com a Ordem da Liberdade, no grau de Grande Oficial, em 2004. Em março de 2016, por deliberação da Assembleia da República, recebe o título de deputado honorário.

Maria Inácia Rezola

¹⁴² Assembleia da República, *A Constituição de 1976. Constituinte, 25 anos*. CD-ROM.

Fontes e bibliografia

Arquivo Histórico Parlamentar, Assembleia Constituinte, Registo Biográfico dos Deputados, 1975-1976. Processo individual; Arquivo Histórico Parlamentar, *Diário da Assembleia Constituinte*; Maria Inácia Rezola, Pedro Aires Oliveira, *O eterno retorno: Estudo em homenagem a António Reis*, Lisboa, Campo da Comunicação, 2013; António Reis, *Portugal contemporâneo (1820-1992)*, 6 Vol., Lisboa, Publicações Alfa (direção e coautoria), 1990-1993; António Reis (coord. e coautoria), *Portugal: Vinte anos de democracia*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1994; António Reis, *Raúl Proença – Biografia de um intelectual político republicano*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2003.

REIS, Júlio Pereira dos (n. 1937)



Filho de Júlio dos Reis, funcionário administrativo dos Hospitais da Universidade de Coimbra (HUC), e de Palmira Pereira, doméstica, nasceu em Coimbra, em 19 de agosto de 1937. Concluiu o Curso Comercial na Escola Avelar Brotero, em Coimbra, em 1952, e a licenciatura em Direito na Universidade de Coimbra, em 1969. Durante três anos, foi subdelegado do procurador-geral da República, no Tribunal da Covilhã, colmatando as ausências dos delegados de carreira. Em 1970, terminou uma pós-graduação de dois anos em Administração Hospitalar na Escola Nacional de Saúde Pública da Universidade Nova de Lisboa, iniciando uma carreira profissional ligada à área da saúde. Foi administrador do Hospital da Covilhã, entre 1970 e 1973, ano em que se mudou para a Madeira como chefe da equipa encarregada de abrir o novo hospital do Funchal. Regressou ao continente em meados de 1974, assumindo as funções de consultor no Hospital da Covilhã. Nesse ano, tornou-se militante do Partido Socialista (PS), do qual chegou a ser membro do secretariado da Federação Distrital de Coimbra. Foi eleito deputado à Assembleia da República em 25 de abril de 1975 pelo círculo de Castelo Branco na lista do PS, intervindo na defesa do aumento das reformas dos antigos funcionários do Estado e na necessidade premente de rever o financiamento das unidades hospitalares. No quadriénio 1977-1980, exerceu o cargo de administrador-geral do Hospital de Santa Maria, em Lisboa, período durante o qual prestou assessoria no gabinete dos secretários de Estado da Saúde Mário Mendes (de 23 de janeiro a 29 de agosto de 1979) e Correia de Campos (agosto de 1979 – janeiro de 1980). Desempenhou as mesmas funções no gabinete do ministro da Saúde Maldonado Gonalves (1983-1984). Enquanto membro do Gabinete de Estudos e Planeamento do Ministério da Saúde, fez parte de várias missões de apoio técnico a Angola, Moçambique e Guiné. Em 1980, integrou, como delegado do Ministério da Saúde, o gabinete responsável pelo acompanhamento do projeto, construção e entrada em funcionamento dos atuais HUC, o que veio a acontecer em 1986. Neste ano, foi nomeado administrador daqueles hospitais, mas pouco tempo depois partiu para Macau, onde assumiu o cargo de diretor dos Serviços de Saúde. Regressou a Coimbra em 1991, tornando-se administrador geral dos HUC. Em 1996, foi